

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, através da psicanálise, tem como objetivo abordar a Alienação Parental e suas implicações psíquicas para a criança. A psicanálise freudiana não aborda especificamente este tema, mas por meio de alguns autores é possível estudar as relações parentais e as particularidades dos laços familiares, sendo possível assim analisar a Alienação Parental nesse contexto.

A prática da Alienação Parental apareceu no campo judiciário a partir dos anos 1980, atrelado à prática do divórcio, em que os processos de separação levavam ao litígio e a disputa pela guarda dos filhos. Pode se dizer de forma mais objetiva, que a Alienação Parental diz de quando um dos cuidadores usa seu discurso de forma a desconstruir a representação do outro cuidador perante a criança, denegrindo a sua imagem. A criança em meio a essa disputa acaba confusa, passa a apresentar mudança de comportamento e, logo, desenvolve problemas emocionais (respostas sintomáticas) como, tristeza, angústia, depressão.

Os seres humanos estão sempre em busca da felicidade. As suas relações são baseadas no amor, o que faz com que o sujeito relembre sua infância (os cuidados recebidos, as decepções, sofrimentos) e tenha como objeto de desejo o outro, com vista à satisfação em amar e ser amado, satisfazer seus desejos e encontrar assim a felicidade.

Nesta busca pela felicidade o ser humano coloca o amor como centro de tudo, mas ao mesmo tempo se sente frágil e inseguro, devido à possibilidade de perder seu objeto de amor. As relações conjugais, geralmente se baseiam em relações de amor, parceria e outros, e quando há uma quebra desse vínculo, o amor se transforma em ódio e o desejo de alcançar a felicidade através do outro é frustrado (sempre), o que gera um sentimento de vingança. É nesse momento que muitos se valem da Alienação Parental para denegrir o outro e cortar os laços afetivos entre o filho e ex-cônjuge.

Essa quebra de vínculo acaba por afetar de forma negativa todas as partes envolvidas, tanto o ex-cônjuge que se torna vítima das acusações, como também a criança, que é afetada emocionalmente e pode levar esse agravamento para o futuro, além de acarretar vários prejuízos quanto ao seu processo de constituição subjetiva. Tais atitudes desenvolvem na criança alienada incertezas e dúvidas por não possuir maturidade ou discernimento próprio para o entendimento de tal

situação. A Alienação Parental impede assim que a criança tenha um desenvolvimento saudável e que sua família participe ativamente de sua vida e sirva como base para o seu processo de constituição subjetiva.

Apesar de ser um ato praticado com frequência, a Alienação Parental é desconhecida por muitos e foi regulamentada pela lei nº 12.318/2010 de 26 de Agosto de 2010, cuja origem é o Projeto de Lei n. 4.053/2008, sendo esta do deputado Regis de Oliveira, que diz da regulamentação legal específica das sanções aplicáveis à Alienação Parental, como estipulação de multa, alteração da guarda e suspensão ou perda do poder familiar.

A Alienação Parental vem sendo alvo de estudos por várias áreas do saber como, por exemplo, a psicologia, psiquiatria e direito. A escolha pela abordagem psicanalítica na análise da Alienação Parental se deu a partir dos estudos do Complexo de Édipo e narcisismo, que trazem uma visão de família, da relação mãe e filho e permitem descrever pontos da subjetividade infantil que serviram de base.

Este trabalho refere-se à pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo e foi construído a partir da busca por artigos, pesquisados em bases de dados nacionais como a Biblioteca Virtual da Saúde, SciELO, LILACS, revistas e livros, tendo como prioridade as obras de Sigmund Freud, o qual fundamenta a abordagem teórica em questão, assim como, autores mais atuais que tratam da Alienação Parental.

Diante disso, este trabalho possui relevância acadêmica e social ao se propor a desmistificar a ocorrência de Alienação dentro do contexto familiar, sobretudo no que sucede esse ato, assim como seu desenvolvimento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Origem de família

Ariès (1981) teve grande contribuição para o estudo da família ao esclarecer através de pinturas e ofícios na Idade Média antes do século XIV, que ela não se trata de um modelo natural e sim de modelo construído historicamente.

Na Idade Média não havia uma noção de família como existe nos dias atuais. A família não tinha uma função afetiva, mas de desenvolvimento de trabalho, de ajuda mútua no dia-a-dia. As crianças se criavam e processavam os fatos da vida na comunidade formada pelos vizinhos, comadres, amos, etc.

Segundo Ariès (1981), as razões históricas que justificariam o quase inexistente sentimento de família na Idade Média seriam os laços de sangue que constituíam dois grupos distintos: a família comparável à família conjugal e a linhagem oriunda dos laços de descendência de um ancestral comum e que preponderava, naquele momento histórico, a linhagem. A partir da queda do Estado Central na Idade Média, a necessidade de proteção acabou por reforçar os laços de linhagem e com ela as normas de indissolução do matrimônio. Assim, na Idade Média era comum que vários casais e seus descendentes residissem em uma mesma propriedade, que permanecia indivisa a fim de garantir a sobrevivência desse grupo de pessoas. O único sentimento de família na época era o sentimento ligado à linhagem.

Neste período era comum, que as famílias, independentemente da sua condição social ou status, entregassem suas crianças, a partir dos sete a nove anos, para famílias estranhas, e estes permaneciam com esta nova família, e passavam a morar e realizar tarefas domésticas, bem como a aprenderem com os adultos a fazerem os serviços que lhes eram incumbidos. Esta forma de aprendizagem inclinava as crianças a viverem no meio dos adultos, que lhes comunicavam seu modo de viver e de fazer as coisas. A educação pela aprendizagem mergulhava a criança imediatamente na sociedade e esta era encarregada de treiná-la para desempenhar seu papel, sem passar pela etapa intermediária da iniciação pela escola, até porque eram pouquíssimas na época (ARIÈS, 1981).

Depois da Idade Média, a aprendizagem passou a ser substituída pela escola, que deixou de ser reservada aos religiosos para se tornar um instrumento normal de

iniciação social e da passagem da infância para a vida adulta. A entrada da escola no mundo social foi promovida especialmente pelos reformadores católicos ou protestantes ligados à Igreja, ao Estado e à Lei. A partir daí teve início a aproximação da família e das crianças e do desenvolvimento do sentimento de família centrado no bem-estar da criança e não mais apenas na preservação do nome, da honra e do patrimônio. E foi a partir de certos dados históricos, como por exemplo, a escolarização, que as famílias surgiram na forma como atualmente são entendidas. (ARIÈS, 1981).

Ressalta-se assim, que o conceito de família, bem como sua constituição esta em constante mudança e é diante dessa realidade que se pretende apresentar variados conceitos de família a seguir, de modo a favorecer a compreensão acerca do tema.

2.2 Conceito de família

Para compreender o fenômeno da Alienação Parental é importante entender o conceito de família e sua evolução ao longo dos anos.

A família pode ser entendida como a instituição social mais antiga do ser humano, a qual, historicamente, mesmo antes do homem se organizar em comunidades sedentárias, constituía-se em um grupo de pessoas relacionadas a partir de um ancestral comum ou através do matrimônio (CUNHA, 2010). E, apesar de antiga, tem sobrevivido ao longo da história da humanidade e vem passando por diversas adaptações, considerando suas múltiplas formas de subsistências. Ela não é um simples fenômeno natural e sim uma instituição social que se modifica junto à sociedade e que varia sua composição durante toda sua trajetória. Podendo existir diversas formas em uma mesma época e local (PRADO, 1998).

Segundo Moreira (2001), o termo "família" é derivado do latim *famulus* e teve origem na Roma Antiga, com o objetivo de justificar um novo organismo social que surgiu entre as tribos latinas quando essas foram introduzidas à agricultura e em decorrência houve uma institucionalização da escravidão legalizada. Esse novo organismo social tinha algumas características peculiares, uma estrutura extremamente focada na figura masculina, da qual decorreu a família patriarcal que era composta pelo núcleo conjugal, sua prole legítima, parentes, afilhados,

agregados, escravos e até mesmo concubinas e bastardos, todos abrigados sob o mesmo teto, na casa grande ou na senzala.

Pode se dizer que a família antigamente era uma concepção compreendida na unidade de produção e patrimônio. E, segundo Farias (2007), pouco importava os afetos e o fim do vínculo matrimonial era impossível, uma vez que isso na época corresponderia a uma desorganização da própria sociedade.

A característica principal desse novo organismo era a presença de um chefe, indiscutivelmente do sexo masculino, que detinha todo o poder sobre os escravos e igualmente em relação à mulher e a sua prole, inclusive com poder de determinar a vida ou morte desses indivíduos, de onde também se originou o pátrio poder. Desde então o termo família passou a ser usado para designar instituições e agrupamentos sociais bastante diferentes entre si, do ponto de vista de sua estrutura e funções: reprodutiva, política, econômica e social (MOREIRA, 2001).

Segundo Cunha (2010), esse conceito teve bastante influência da Igreja Católica através do direito canônico, sendo a família natural adaptada pela Igreja Católica no momento o qual o casamento foi transformado em instituição sacralizada e indissolúvel e única formadora da família cristã, formada pela união entre duas pessoas de diferentes sexos, unidas através de um ato solene e por seus descendentes diretos.

Ainda nos dias atuais, quando se pensa em família, para muitos vem à tona o modelo tradicional representado por um homem e uma mulher unidos pelo casamento e cercados de filhos, mas esta realidade se modificou. Segundo Dias (2011), as várias relações familiares trouxeram uma nova ordem na estrutura da sociedade que fez com que se rompesse com o aprisionamento da família nos moldes restritos do casamento e mudasse profundamente seu conceito. A igualdade, a constatação da existência de outras estruturas de convívio, a liberdade de reconhecer filhos havidos fora do casamento acarretaram transformações significativas no conceito de família, que pode ser um agrupamento informal, de formação espontânea no meio social que não necessariamente implicam um grau de parentesco entre os componentes e cuja estruturação e posterior formalização se dão através do campo do Direito.

A família é uma construção cultural. Dispõe de estruturação psíquica na qual todos ocupam um lugar, possui uma função, lugar do pai, lugar da mãe, lugar dos filhos, sem, entretanto, estarem necessariamente ligados

biologicamente. É essa estrutura familiar que interessa investigar para o direito. É a preservação do 'LAR' no seu aspecto mais significativo: Lugar de Afeto e Respeito (DIAS, 2011, p.27).

Explicar o conceito de família não é uma tarefa fácil, dado que a mesma tem importância e significado social diferente para vários povos e gerações. Segundo Souza (2009), não existe mais a *Família*, mas sim as *Famílias*. Pois o conceito sofre constantes mudanças em suas estruturas e modos de organização ao longo dos anos, a partir da ampliação das relações interpessoais neste âmbito.

Para Welter (2003), a família contemporânea passou a ser balizada sob novos paradigmas que norteiam as relações regulamentadas pela legislação para retratar uma nova feição com sede no pluralismo familiar:

A família Moderna não se origina apenas dos laços de sangue e do casamento, como também pela união estável e pela comunidade formada pelos pais e filhos (pai e/ou mãe e filho), denominada família monoparental, unilinear, nuclear, eudemonista ou socioafetiva, não sendo mais a família, mas, sim, seus membros o centro das atenções, já que conectada pelo cordão umbilical da afetividade, na busca da solidariedade. (WELTER, 2003,p.27).

Já de acordo com Osório (1996), a família não é uma expressão passível de conceituação, mas tão somente de descrições. Em outras palavras, é possível descrever as várias estruturas ou modalidades assumidas pela família através dos tempos, mas não defini-la ou encontrar algum elemento comum a todas as formas com que se apresenta este agrupamento humano.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), novas fronteiras se abriram. A concepção de família foi ampliada, acolhendo os seus membros além do casamento, com a regulamentação da união estável e da família mono parental. A Constituição Federal, ao reconhecer a União Estável, reconhece também o núcleo formado por qualquer um dos pais e seus descendentes como entidade familiar. Ou seja, trouxe para discussão e aceitação outros arranjos de convivência de pessoas que não somente aqueles oriundos do casamento. E fez surgir como princípio básico para formação da família o afeto, ainda que não conste explicitamente no texto constitucional, na medida em que aceita, reconhece, protege e alberga relações afetivas entre indivíduos, distintas do casamento convencional.

Através dos autores até aqui apresentados, é possível perceber as mudanças que ocorreram no conceito de família e a dificuldade de considerar apenas um, visto que a família continua a sofrer modificações e possui significado social diferente

para vários povos e gerações. Diante dos vários conceitos apresentados sobre família e sua constante mudança, optou-se neste trabalho por compreendê-la como o núcleo de cuidadores diretos da criança, que apresenta um intenso vínculo afetivo (amoroso) entre eles.

2.3 O papel da família na constituição subjetiva

Busca-se neste capítulo descrever sobre o papel da família na constituição subjetiva da criança, o seu vir-a-ser como sujeito, sendo o grupo familiar o primeiro contato com aspectos sociais e emocionais que a criança estabelece após o seu nascimento.

A família é considerada por Finkel (2009) responsável por algumas problemáticas apresentadas pela criança, que pode ser um fator positivo como também negativo para o desenvolvimento infantil.

Do ponto de vista da abordagem psicanalítica, a família é a mola propulsora no desenvolvimento da criança, principalmente no que diz respeito à constituição dela, já que os pais são os seus elementos de identificação, o modelo a ser seguido, uma vez que são eles são os responsáveis por repassar os valores moralmente aceitos pela sociedade. Freud (1950) em um primeiro momento trás a importância do bebê em seu estado inicial de desamparo e de prematuridade motora e simbólica a ser tomado por outro (mãe) que se ocupa dos primeiros cuidados corporais e o introduz no campo da linguagem. Esse primeiro contato de satisfação só é possível porque a mãe fornece uma interpretação, um sentido ao grito do bebê e, na medida em que o faz, ela imprime ali algo do seu desejo.

Freud (1905) relata que as primeiras experiências de satisfação se dão a partir do momento em que as pulsões sexuais se apóiam nas pulsões de autoconservação. Esse apoio faz com que o seio materno, que tem a priori a função de nutrição, se torne o primeiro objeto de amor da criança. O apoio das pulsões sexuais nas pulsões de autoconservação implica que as pessoas ligadas à alimentação, aos cuidados, à proteção da criança fornecem o protótipo do objeto de amor procurado - escolha de objeto por apoio.

Freud (1905) toma como protótipo o *chuchar* ou *sugar com leite*, que é um movimento de sucção repetitivo e rítmico que a criança faz com a boca (lábios). No chuchar, há uma lembrança do prazer experienciado na infância através do seio

materno, sendo um contato que simboliza um laço afetivo que se estabeleceu desde muito cedo com o Outro.

De acordo com Freud, “os lábios da criança comportam-se como uma zona erógena, e a estimulação do fluxo cálido de leite foi sem dúvida a origem da sensação prazerosa” (FREUD, 1905 p. 171). Assim, pode se dizer que na infância a atividade sexual (que não é tida como ato sexual, mas simbólico que implica em qualquer possibilidade de se fazer laço com o Outro,) tem como objetivo se apoiar em uma das funções que servem à preservação da vida, nesse caso a necessidade de alimento.

Com o passar do tempo essa criança se torna independente dessa função. Logo, não está restritamente ligada aos cuidados corporais, mas está ligada também a um órgão ou excitação de uma zona erógena, em que encontra satisfação sem ser necessário recorrer a um objeto externo, dessa maneira podemos pensar no processo de erotização de um corpo que se constitui.

É através do investimento libidinal do Outro que a criança pode ascender o autoerotismo (o corpo ainda não é considerado uma totalidade, mas sim fragmentado), o que permite dizer que é o primeiro modo de satisfação da libido. O autoerotismo é conceituado como o prazer que o órgão retira de si mesmo e como as pulsões, de forma independente, procuram cada qual por si, sua satisfação no próprio corpo. Nesse período, ainda não existia uma unidade comparável ao eu, nem uma real diferenciação do mundo.

Após o processo do autoretismo, ascende o narcisismo, que é o momento de identificação com um corpo completo e, conseqüentemente, com a formação do eu (FREUD, 1950). Segundo Freud, em “Sobre o narcisismo: uma introdução” (1914), diante do nascimento de um filho, os pais ou aqueles que ocupam esse lugar, recordam e revivem o seu próprio narcisismo e colocam o filho em um lugar de "Sua Majestade, o Bebê" ao procurar resgatar o seu narcisismo que foi perdido durante a infância. A criança passa a ocupar uma função “reparadora”, a de curar as feridas narcísicas existentes nos próprios pais.

Dessa forma, pensar na concepção de um filho coloca em movimento aspectos do narcisismo de cada um dos pais, assim como suas lembranças e fantasias sobre suas relações objetais primárias, o que faz com que projetem sobre a criança um ideal, o eu ideal que eles abdicaram em razão das exigências que eram impostas a eles na infância (FREUD, 1914).

Esse investimento dos pais na criança é uma suposição de perfeição idealizada por eles, em que priorizam seu corpo desmembrado e desarticulado. Essa imagem é considerada constitutiva, uma vez que viabiliza olhar o corpo em uma unidade e passa a ser objeto de investimento da libido sob o respaldo do narcisismo primário (FREUD, 1914).

Diante do exposto observa-se que o narcisismo prepara a criança para o reconhecimento do investimento libidinal entre ela, o outro e o falo. A seguir discutiremos sobre a importância do Complexo de Édipo na constituição subjetiva da criança.

2.3.1 Complexo de Édipo e o desejo

Nesse subitem, os autores descrevem sobre o paralelo que há entre o Complexo de Édipo e a angústia de castração que está intimamente ligada à importância das figuras parentais. A passagem pelo Édipo ocorre na primeira infância, entre os quatro e cinco anos de idade da criança, concomitantemente com a fase fálica.

Para melhor situar o leitor, faz-se necessário entender a sexualidade como parte constituinte do sujeito da psicanálise, abordagem que sustenta o presente estudo. No começo dos tempos, a sexualidade estava ligada apenas às práticas sexuais estabelecidas entre duas pessoas, ou seja, o termo representava apenas uma forma de procriação da raça humana. Com o passar dos anos, com a constituição da Psicologia como uma ciência, a sexualidade passou a ser concebida como parte integrante da dimensão humana que remete ao sujeito e às suas simbolizações. Ao se concentrar no contexto psicanalítico, Maurano (2010) afirma que:

faz-se importante sublinhar que sexual em psicanálise tem um sentido bem mais amplo do que em outras áreas. Em vez de dizer respeito apenas ao ato sexual e à produção de determinadas sensações de prazer nos órgãos genitais, passou a abarcar tudo o que se refere ao endereçamento de um sujeito ao outro (MAURANO, 2010, p.102).

Ainda de acordo com a autora, Sigmund Freud foi um dos primeiros autores que escreveu sobre sexualidade, mola propulsora no surgimento da teoria psicanalítica, abordagem criada com propósito investigativo, onde a subjetividade do

sujeito é o ponto de partida essencial. Assim, a escuta torna-se a ferramenta de trabalho utilizada pelo analista e vale ressaltar que o seu perfil investigativo se dá devido à ocorrência de fato de uma investigação das informações que são oferecidas pelo paciente quando em análise (MAURANO, 2010).

Freud (1900) repercutiu as ideais de pensamento da época quando postulou sobre a sexualidade. De acordo com o teórico, o termo sexualidade não está ligado somente ao ato sexual propriamente dito, mas também à satisfação de sensações prazerosas e esse desejo também permeia a infância, visto que a criança também apresenta uma função sexual, denominada pelo próprio autor como pulsão sexual.

Por “pulsão” podemos entender, a princípio, apenas o representante psíquico de uma fonte endossomática de estimulação que flui continuamente, para diferenciá-la do “estímulo”, que é produzido por excitações isoladas vindas de fora [...] A fonte da pulsão é um processo excitatório num órgão, e seu alvo, imediato consiste na supressão desse estímulo orgânico (FREUD, 1905, p.159).

Com isso, o pai da Psicanálise concluiu que a busca de satisfação pelos desejos não está presente apenas na fase adulta. A criança também busca por essa satisfação, embora o objeto de desejo dessa fase esteja intimamente ligado a aspectos da sobrevivência, tais como o sugar do leite no momento da amamentação, o que causa sensibilidade da mucosa bucal proporcionando satisfação.

Ao longo das obras freudianas, o autor evidenciou que a sexualidade ocupa o centro da vida psíquica do sujeito, de forma que, o vir-a-ser desse sujeito é explanado mediante a sexualidade por ele vivenciada. Na perspectiva de Freud (1901), a sexualidade acompanha todo sujeito desde o nascimento até a morte, postulado este que o ajudou na formulação da *Teoria da Sexualidade Infantil*.

Em uma de suas obras, Mednicoff (2008),

concluiu que o período de desenvolvimento da sexualidade era longe e complexo até chegar a fase sexual adulta em que a função de reprodução e de obtenção de prazer estava associada tanto no homem quanto na mulher. Outro ponto que contrariava as ideias da época, pois se achava que a função sexual era exclusivamente reprodutora e não estaria ligada a obtenção de prazer (MEDNICOFF, 2008, p.93-94).

Para o mesmo autor, a Teoria da Sexualidade Infantil consiste em um estudo que contribuiu para o entendimento da estruturação do vir-a-ser do sujeito, já que é na primeira infância que se encontram as experiências de caráter traumático que

serão recalçadas. Assim, as excitações sexuais acontecem nas zonas erógenas concomitantemente ao crescimento natural da criança, sendo que em cada fase o objeto de desejo sofre modificações.

Segundo postulação de Freud (1905), o desenvolvimento sexual infantil se inicia com a fase oral, a qual predomina desde o nascimento do sujeito até os dois anos de idade, sendo que a zona erógena principal dessa fase está localizada na boca. A partir dos dois anos de idade até os quatro, ocorre o deslocamento da zona erógena da boca para o ânus, o que configura a fase anal, onde a criança passa da posição passiva à ativa e o prazer se encontra ligado ao controle. A seguir, a criança entra na fase fálica, onde o objeto de desejo se encontra no próprio corpo, sua atenção se volta para o seu próprio órgão genital e os fenômenos sucedidos nessa fase preparam a criança para enfrentar a travessia pelo Complexo de Édipo. Ocorre o período de latência, fase que tem como característica principal a diminuição das atividades sexuais, bem como do impulso sexual. Para encerrar, a fase genital é a última fase da Teoria da Sexualidade Infantil, estabelecida a partir do momento da transição da adolescência e perdurando até a vida adulta; caracteriza-se por ser o período em que se inicia o desenvolvimento psicosssexual.

Como citado anteriormente, na fase fálica os fenômenos sucedidos encaminham a criança para a passagem pelo Édipo. E este complexo é representado dentro da abordagem psicanalítica como uma das maiores temáticas que, de acordo com Freud (1924), pode ser descrito de forma geral, com foco na proibição do incesto e, particularmente, uma definição da sexuação do sujeito. Em outras palavras, o Édipo é considerado o momento no qual sucede a constituição de sujeito que é totalmente influenciada pela presença do outro.

Ressalta-se que para entender o papel do Complexo de Édipo na constituição do ser falante, é preciso que o mesmo seja associado ao complexo de castração, já que é por meio deste processo inconsciente que o sujeito define seu posicionamento diante da partilha de sexos, como apontou Freud (1925) ao dizer que:

a diferença entre o desenvolvimento sexual dos indivíduos do sexo masculino e feminino no estágio que estivemos considerando é uma consequência inteligível da distinção anatômica entre seus órgãos genitais e da situação psíquica aí envolvida; corresponde a diferença entre uma castração que foi executada e outra que simplesmente foi ameaçada. Em suas essências, portanto, nossos achados são evidentes em si mesmos e teria sido possível prevê-lo (FREUD, 1925, p.285).

Compreende-se então, que a criança se constitui como sujeito no momento em que ocorre a dissolução do complexo, pois se tornam notórias a diferenciação dos sexos e a conseqüente identificação com um dos dois.

Segundo Moreira (2006),

o movimento que afirma o complexo de Édipo como fundamental na estruturação do sujeito e a sua conseqüente relevância incontornável na teoria psicanalítica, também anuncia, ao mesmo tempo, a presença irreduzível do outro na constituição do sujeito (MOREIRA, 2006, p.119).

Ao levar em consideração o contexto psicanalítico, o Complexo de Édipo basicamente se configura a partir de sentimentos contraditórios de amor e hostilidade apresentados pela criança. Ao explanar metaforicamente, o amor seria endereçado à mãe e a hostilidade ao pai. De acordo com Freud (1900, p. 263), “é destino de todos nós, talvez, dirigir nosso primeiro impulso sexual para nossa mãe, e nosso primeiro ódio e primeiro desejo assassino, para nosso pai”. Atualmente Miguez (2012) ilustrou assim: “Eis aí a primeira suspeita da existência de desejos sexuais incestuosos na criança e, portanto, de uma sexualidade infantil” (p. 34).

Para retratar o caráter incestuoso das fantasias que são produzidas pela criança, a obra *Totem e Tabu e Outros Trabalhos* teve também total relevância para a produção desse capítulo. De acordo com Freud (1913-1914), torna-se necessário que as fantasias de perfil incestuoso sejam recalçadas, uma vez que são práticas inaceitáveis do ponto de vista da sociedade desde os primórdios, incluindo também os canibais considerados como miseráveis que viviam em clãs onde nada era considerado como transgressão, pois não havia leis constituintes.

Embora não houvesse leis institucionais e/ou governamentais, o incesto era considerado uma prática completamente inaceitável entre os membros de uma mesma tribo. Esses membros aceitaram para si esse fato como uma ordem e caso houvesse uma transgressão com tal caráter, automaticamente o transgressor recebia uma punição.

Naturalmente não era de se esperar que a vida sexual desses canibais pobres e desnudos fosse moral no nosso sentido ou que seus instintos sexuais estivessem sujeitos a um elevado grau de qualquer restrição. Entretanto, verificamos que eles estabelecem para si próprios, com o maior escrúpulo e o mais severo rigor, o propósito de evitar relações sexuais incestuosas. Na verdade, toda a sua organização social parece servir a esse intuito ou estar relacionada com a sua consecução (FREUD, 1913-1914, p.22).

Embora nessa época fosse inexistente a presença de instituições, fossem elas sociais, religiosas, ou até mesmo que oferecessem algum tipo de punição no caso de alguma transgressão, os membros de cada clã eram orientados por um tipo de sistema que, simbolicamente, representava essas instituições, denominado por eles como sistema do totemismo.

O que é um totem? Via de regra é um animal (comestível e inofensivo, ou perigoso e temido) e mais raramente um vegetal ou um fenômeno natural (como a chuva ou a água), que mantém relação peculiar com todo o clã (FREUD, 1913, p. 22).

Dessa forma, os membros de cada clã temiam esse representante totêmico, onde esse totem tinha como função representativa criar uma barreira imposta a toda e qualquer ação que tivesse movimentação incestuosa. Assim, os padrões que foram estabelecidos pelo próprio clã seriam levados em consideração, caso ocorresse tal proibição entre os membros.

O pai apresentado nessa obra era a central de todo poder, assim como de todas as mulheres, denominação essa que causou revolta entre os filhos da *horda* que se amotinaram e assassinaram esse pai. Contudo, frente à ausência desse pai, fazia-se necessário um totem que representasse a lei dessa tribo, o que gerou de imediato nos filhos um sentimento de culpa não só pelo parricídio, mas também o luto pela proteção estabelecida por esse pai totêmico. Conforme Miguez (2012), nesse momento criou-se um pacto fundamentado na proibição do incesto, assim como o assassinato, “Tal pacto fez nascer à ética, a religião, a organização social; em suma, a cultura” (MIGUELEZ, 2012, p. 21).

Nota-se que o estabelecimento desse princípio de moralidade mediante o pacto selado entre os membros da *horda* fraterna fez com que o pai totêmico se tornasse essencial à descrição geral do Complexo de Édipo, que está intimamente relacionado às restrições sexuais parentais. O Édipo, por sua vez, está simbolizado dentro da abordagem psicanalítica como a figura paterna que faz uma barreira nesses desejos caracterizados como incestuosos que o filho endereça à mãe.

Com isso, o Complexo de Édipo se apresenta a partir de um polo em que o menino apresenta desejos endereçados à mãe, ao passo que manifesta um ódio pelo pai, que é atribuído como um rival, uma vez que a figura paterna tem como papel barrar a realização desses desejos incestuosos endereçados à mãe. Segundo

Miguel (2012), “em todo caso, o destino dos desejos incestuosos e hostis é a barreira, aquilo que mais tarde se denominará de Complexo de Édipo” (p. 48).

Embora Freud (1924) tenha constatado que a passagem pelo Édipo ocorre diferentemente em meninos e meninas, o Complexo de Édipo se finda com complexo de castração, que tem caráter determinante no posicionamento da partilha de sexos, assim como na escolha subjetiva. Desse modo, a travessia pelo Édipo associa-se à presença de sentimentos ambivalentes que entram no campo da insegurança e medo diante da ameaça de destruição da genital da criança, pois o falo constitui uma representação simbólica de poder que preenche a falta. Daí o fato da criança se sentir angustiada diante da possibilidade de perda do órgão genital, já que a parte mais estimada do corpo é o pênis, conforme mencionado anteriormente no início do capítulo.

Segundo os escritos de Freud (1925) esse fato incide diretamente sobre o complexo de castração, de modo que é a angústia iminente da castração que põe fim à travessia pelo Complexo de Édipo e que abre espaço para a constituição do sujeito, construção do supereu, bem como a classificação do sujeito dentre as estruturas clínicas.

Embora a travessia pelo Édipo seja um processo inconsciente que ocorre a partir do recalque das fantasias incestuosas, a dissolução do Complexo de Édipo vai se concretizando e a criança passa da denominação ter, para engatar no ser, o que faz com que ela deixe de ter os pais como objeto sexual e passe a concebê-los como objeto de identificação. “Como resultado da angústia de castração, afasta-se do Complexo de Édipo. É por causa disso que abandona os objetos incestuosos, se identifica com o pai proibidor e instaura seu superego” (MIGUELEZ, 2012, p. 99).

Portanto, o Complexo de Édipo se configura complexo o suficiente para se caracterizar como a maior temática da abordagem psicanalítica devido à constituição do sujeito diante do Édipo, momento crucial e decisivo, uma vez que o coloca diante do processo de sexuação e de sua constituição enquanto sujeito desejante, o que implica o seu vir-a-ser, tendo em vista a diferenciação anatômica dos sexos, bem como a identificação com eles e sua interpretação simbólica do que outrora vivenciou.

O primeiro objeto amoroso de toda criança nos seus primeiros estágios da vida é a mãe, com a qual se constitui um vínculo de amor e um apego muito forte. E esse amor se assume de forma diferente, pois para o menino conforme ele percebe

a relação do pai com a mãe, nomeia o pai como seu rival. Já a menina se desliga da mãe, abandonando-a como objeto original e se dirige ao pai, trocando de zona erógena ao abandonar o clitóris em prol da vagina (FREUD, 1932).

O motivo da menina se distanciar da mãe e se aproximar do pai é a falta do pênis. No início o clitóris assume para a menina, o lugar de um pequeno pênis. A menina sente-se inferiorizada em relação ao menino ao comparar o pênis, pois percebe que foi injustiçada. Sendo assim, acredita que quando estiver adulta, terá um órgão maior, Freud caracteriza esse desejo como o complexo de masculinidade. A menina ao se deparar com essa injustiça (comparação do tamanho do pênis), embora demonstre dúvidas e dificuldade para aceitar, encara o fato como consumado, ao contrário do menino que tem a castração como uma ameaça. Em um primeiro momento o fato de nem todos possuírem pênis fará com que a menina supõe que a mãe é responsável pela ausência do pênis, sendo assim começa a depreciá-la por tê-la trazido ao mundo como mulher e conseqüentemente a reprova por ter falhado em ser uma boa mãe, não lhe dando um pênis (FREUD, 1932).

Segundo Freud (1923) a desistência do pênis só é possível porque a menina espera obter o pai. Mas mesmo assim continuará demandando algo que supere a injustiça que sofreu. Assim, surge o desejo de ter um filho do pai. Esse filho será tomado como um objeto capaz de reparar a falta de pênis.

Nas palavras de Freud (1923),

Ela desliza – ao longo da linha de uma equação simbólica, poder-se-ia dizer – do pênis para um bebê. Seu complexo de Édipo em um desejo mantido por muito tempo de receber do pai um bebê como presente – dar-lhe um filho. Tem-se a impressão de que o complexo de Édipo é então gradativamente abandonado, uma vez que esse desejo jamais se realiza. Os dois desejos – possuir um pênis e um filho – permanecem fortemente catexizados [os autores optaram por manter como está na tradução para o português] no inconsciente e ajudam a preparar a criatura do sexo feminino para seu papel posterior (FREUD, 1923, pp. 223-4).

Diante do exposto pode se dizer que o desejo de ter um filho está ligado a castração, ao fato de não ter um pênis. Tal realidade possibilita à menina escorregar da decepção em relação ao órgão que não tem para o desejo de ter um filho (FREUD, 1923).

O pai tem como função dar limites, trazer para o filho a noção de lei. Isso se inicia muito cedo, quando este entra num mundo que antes era só da mãe e do bebê e impede o bebê de ficar com a mãe em tempo integral, que acarreta momentos de

ausência da mãe para com o filho. A função paterna é basicamente a de permitir ao bebê que tenha sua vida própria, independente da mãe. Segundo Rosa (2009), não se trata de escolher a mãe ou o pai nos cuidados com o bebê, mas sim entender os cuidados que todo bebê necessita ao nascer, para que este tenha um desenvolvimento saudável.

Sendo assim, o bebê estabelece com o cuidador uma relação espelhada, na qual este se apresenta como um espelho para essa criança que, posteriormente, deixará essa posição de objeto de desejo, como aponta Freud (1913) em seus escritos sobre o Complexo de Édipo, para ser sujeito desejante.

A relação mãe/bebê se intensifica devido ao olhar cuidadoso que emana confiança e segurança e que é transmitido por essa mãe que oferece possibilidades de experimentação daquilo que se lhe apresenta como novo, aspectos que serão refletidos na construção da personalidade.

Em publicação, Rocha (2006) afirma que:

a utilização da expressão “suficientemente boa” tão comumente usada na teoria psicanalítica winnicottiana, diz respeito à adaptação da mãe, ou seja, aquela capaz de suprir as necessidades do bebê, no período de dependência, à medida que elas se apresentam. A mãe suficientemente boa ainda provê cuidados no período de dependência relativa, mas também frustra o bebê de maneira proveitosa e dá condições para ele caminhar em direção à independência (ROCHA, 2006, p.11).

Embora a mãe, seja quem estabelece o primeiro contato do bebê com a realidade, faz-se necessário ressaltar que não somente a figura materna influencia a formação simbólica, mas que a figura parental paterna somada ao ambiente familiar, são também contundentes para o processo que fundamenta essa construção.

Diferentemente do pensamento psicanalítico tradicional, Rocha (2006), à luz da teoria winnicottiana, aponta que:

o cerne da teoria winnicottiana é, assim, uma teoria do amadurecimento pessoal do indivíduo, o qual, no início da vida, depende totalmente do ambiente e vai, com o crescente amadurecimento, tornando-se cada vez mais independente, alcançando, na maturidade, uma independência relativa. Com esta nova maneira de considerar a teoria geral que serve de referência para pensar o desenvolvimento saudável e o patológico, com a descentralização da sexualidade e do complexo de Édipo, com a rejeição da teorização do tipo metapsicológico, pode-se considerar que Winnicott construiu bases teóricas para apoiar sua compreensão da natureza humana e da prática clínica que em aspectos essenciais, diferem daquelas que sustentam a psicanálise tradicional (ROSA, 2009, p.57).

Portanto, podemos observar através da teoria do Complexo de Édipo, que a presença dos pais (como função), é de grande importância para constituição subjetiva da criança, pois ela os tem como objeto de identificação, e diante da distorção da representação destes, implicações psíquicas poderão advir como: fragilidade nos vínculos amorosos familiares e insegurança. E diante dessa reflexão, será abordado no próximo tópico o ato da Alienação Parental e a Síndrome da Alienação como consequência deste ato.

2.4 Alienação Parental e seu contexto

Para melhor entendimento deste ato de Alienação Parental, é necessário um breve esclarecimento sobre a diferenciação entre a Alienação Parental e a Síndrome da Alienação Parental (SAP).

A Alienação Parental, de acordo com Dias (2007), dá-se com a implantação de falsas memórias, devido à existência de laços conjugais mal resolvidos, e que não consegue superar o rompimento do grupo familiar. Com o desgaste da separação, faz surgir um desejo de vingança, desencadeando assim um processo de desconstituição implícita do poder familiar, no qual o filho será usado como objeto de desejo e satisfação de vingança do outro cuidador alienado, ou seja, Alienação Parental é o ato.

Segundo Costa (2010), a Alienação Parental não está restrita ao cuidador que tem a guarda da criança, mas pode evoluir para os avôs ou qualquer pessoa com relação parental com a criança. Pode ser causada por vários motivos, dentre eles está o ciúmes, a vingança, a possessividade, a inveja, dentre outros. Por exemplo, em casos de disputa de guarda, onde a separação ocorre de forma conflituosa os filhos podem ser alvo desse ato de Alienação.

Devido às rupturas conjugais, geralmente processadas de forma conflituosa, muitas vezes os filhos são tratados como alvo de disputa e envolvidos em situações que, geralmente, envolvem questões emocionais e frustrações, o que pode gerar ódio ou desejo de vingança decorrente da insatisfação que surge entre os ex-cônjuges, abusos, alienações, violências dentre outros. Além disso, o uso dos filhos como objeto de vingança e instrumentos de agressividade a mando do cuidador detentor da sua guarda tem-se apresentado como uma constante. Em muitos casos, embora tenha havido a separação de fato do casal, não ocorreu ainda à separação

emocional e os ex-cônjuges acabam negligenciando os interesses da criança em detrimento de interesses próprios (BROCKHAUSEN, 2011).

Já a Síndrome da Alienação Parental (SAP) diz respeito às sequelas emocionais e comportamentais desencadeadas na criança a partir desse ato, que faz dela vítima desse processo.

É importante ressaltar a observação feita por Dias (2009 apud FONSECA, 2006), de que:

a síndrome da alienação não se confunde, portanto, com a mera alienação parental. Aquela geralmente é decorrente desta, a alienação parental é o afastamento do filho de um dos genitores, provocado pelo outro, via de regra, o titular da custódia. A síndrome da alienação parental, por seu turno, diz respeito às sequelas emocionais e comportamentais de que vem a padecer a criança vítima daquele alijamento. Assim, enquanto a síndrome refere-se à conduta do filho que se recusa terminante e obstinadamente a ter contato com um dos progenitores, que já sofre as mazelas oriundas daqueles rompimentos, a alienação parental relaciona-se com o processo desencadeado pelo progenitor que intenta arredar o outro genitor da vida do filho (DIAS, 2009, p. 164).

Richard Gardner (1998 apud Brockhausen, 2011), professor de psiquiatria infantil na Universidade de Colúmbia (EUA), definiu pela primeira vez a Síndrome da Alienação Parental (SAP). Nos EUA, a discussão sobre o tema antes dos estudos de Gardner era algo relativamente inusitado e o autor apontou que o foco foi às mudanças, a partir de 1970, na forma de os tribunais estabelecerem a guarda dos filhos e do mesmo modo sinalizou que a Síndrome da Alienação Parental (SAP) correlaciona-se quase exclusivamente à disputa da guarda ao grau de litígio entre os pais.

De acordo com Gardner (1998 apud Brockhausen, 2011), fundamentalmente duas mudanças provocaram a intensificação da patologia da Síndrome da Alienação Parental (SAP), a primeira se deu em 1970, com o surgimento do superior interesse da criança, ou seja, os tribunais foram instruídos a determinar a guarda ao cuidador que tivesse melhor capacidade parental; e, o segundo, em 1980, com a popularidade da guarda compartilhada.

No Brasil, a divulgação do discurso sobre a Síndrome da Alienação Parental (SAP) se deu, especialmente por meio de associação e movimentos sociais de pais

separados, como a Apase e SOS Papai e Mamãe, rapidamente incorporadas às reivindicações de pais militantes, bem como discursos de profissionais que atuam no judiciário.

Esse quadro pode evoluir de maneira irreversível com o aumento da frequência de conceitos negativos sobre o outro. A Alienação pode decorrer durante anos e gerar consequências gravíssimas para a formação e desenvolvimento emocional da criança, que somente serão superadas, se superadas, quando ela alcançar independência do cuidador alienante (XAXÁ, 2008, p.17).

Assim como apontou Ullmann (2008, p. 63) “A SAP é uma arma de tortura psicológica usada para satisfazer o desejo de vingança do guardião em relação ao ente alienado.”.

Portanto, pode se considerar que a Síndrome da Alienação Parental (SAP) vai além da manipulação corriqueira do direito de visitas. Trata-se de um transtorno caracterizado pelo conjunto de sintomas e abuso psicológico praticado pelo cuidador detentor da guarda, que aparece quase exclusivamente no contexto das disputas de custódia das crianças. Esses sintomas partem do pressuposto das consequências emocionais e comportamentais desencadeados na criança, que é ou foi vítima desta situação.

2.4.1 Desenvolvimento da Síndrome da Alienação Parental

Segundo Gardner (1998apud XAXÁ, 2008) a Síndrome da Alienação Parental (SAP) se desenvolve através da prática da Alienação Parental e se define como um distúrbio que afeta a criança vítima dessa Alienação. Essa Alienação surge em diversos contextos familiares e pode ocorrer tanto por parte dos pais, como também por parte de outros familiares, como tios, avós, padrastos, madrastas, etc.

De acordo com Trindade (2007), uma síndrome pode ser engajada em duas esferas, sendo elas orgânicas ou psicológicas, e no caso da Síndrome da Alienação Parental (SAP) a definimos como psicológica ao levar em consideração os seus sintomas e os comportamentos que ela causa. Um dos principais comportamentos agregado à síndrome é a campanha de desmoralização do outro. O alienante sente a necessidade de denegrir a imagem do cuidador-alvo, fazendo com que a criança acredite que não precisa dele em sua vida e que sozinho é capaz de suprir todas as suas necessidades sem a presença do outro cuidador no seu desenvolvimento.

E nesse sentido, o alienante usa de diversos artifícios para atingir o outro cuidador, que vão de um simples telefonema a casos de abuso, impedindo assim o contato entre ambos. Atrasos sem justificativas, doenças inexistentes, compromissos de última hora, fazer comentários desagradáveis sobre presentes, etc. Tudo isso contribui para que a própria criança desmoralize o cuidador-alvo e manifeste sua participação ativa na Alienação. Entre todas as manipulações, talvez a que se destaque como uma das mais graves seja a acusação de ter sido sexualmente abusada, que pode acarretar em várias complicações, no caso de ser acusação injusta. Com o tempo a criança passa a acreditar cada vez mais nas manipulações feitas pelo alienante e a apresentar comportamentos de renúncia à presença do outro cuidador, a acreditar que ele não se importa com ela e que não quer fazer parte da sua vida. Cabe ressaltar que essa renúncia ultrapassa o cuidador-alvo, para outros que também fazem parte da família, como tios, tias, primos, avós e até mesmo amigos dos mesmos (TRINDADE, 2007).

De acordo com Buono (2008), a Síndrome da Alienação Parental (SAP) tem capacidade de se desenvolver em estágios diferenciados, sendo eles: leve, médio e grave, em que cada um deles possui um grau de intensidade a ser identificado e, concomitantemente, diagnosticado.

O estágio leve é onde a Alienação é iniciada, suas características são bem sutis e a criança recebe manipulações do alienador contra o cuidador-alvo, porém sente afeto, mesmo com o início da desconfiança. No estágio médio os sinais da Síndrome da Alienação Parental (SAP) começam a aparecer com mais clareza e a criança passa a se posicionar contrário às decisões do cuidador-alvo e repulsá-lo e evidencia o desejo de afastar. Já o estágio grave é caracterizado quando o filho alienado rejeita a aproximação do cuidador-alvo e diante dessa rejeição deixa explícito que o afeto que outrora tinha, em se tornado em ódio.

Percebe-se assim, que com o objetivo de desqualificar o exercício dessa autoridade parental, vários são os artifícios usados. E, diante do exposto, o próximo capítulo apresentará as consequências causadas à criança que é vítima dessa Alienação Parental.

2.5 Consequências da Síndrome da Alienação Parental para a criança

A constituição subjetiva da criança é mediada pelo outro. Tendo como base os estudos realizados por Freud (1900), o psiquismo não é algo criado e pronto, mas sim constituído através de um processo. Ou seja, é no meio familiar que a criança se desenvolve, pois ela depende de outro ser humano que em sua essência tenha representação simbólica para ela.

Segundo Torre (1984), a família é o primeiro grupo ao qual a criança é inserida, o que torna esse espaço o primeiro influenciador do seu desenvolvimento e é na relação com esse grupo que ocorre o fortalecimento dos vínculos afetivos com seus cuidadores e, concomitantemente, é onde a criança deposita sua confiança. É através dessa confiança que ela constitui autonomia e segurança para que assuma uma postura ativa no desenvolver da sua vida.

Essa interação familiar permite um desenvolvimento que pode ser visto por duas faces, uma positiva e outra negativa. Isso dependerá da dinâmica dessa família com a criança, pois é o lugar onde ela aprende os valores, princípios, regras e culturas e leva toda essa informação na construção da sua subjetividade. E, se essa convivência se apresenta de forma conflituosa influenciará de forma negativa na vida da criança.

De acordo com Freud (1914), a criança preenche um lugar importantíssimo no narcisismo dos pais, pois será ela quem tornará real os seus sonhos e ocupará o posto de falo na vida dos dois, na tentativa de preencher o desejo deles.

O amor dos pais, tão comovedor e no fundo tão infantil, nada mais é senão o narcisismo dos pais renascido, o qual, transformado em amor objetal, inequivocamente revela sua natureza anterior (FREUD, 1914, p.108).

E nesse sentido, para sua constituição como sujeito é importante para a criança ser o centro desse amor. O fenômeno da Alienação Parental, por sua vez, pode levar a criança a ter uma defasagem nos seus laços com o outro e conseqüentemente com o seu desejo, já que a dinâmica familiar é a mola propulsora nessa construção do emocional da criança.

De princípio, as consequências da Alienação Parental, passam muitas vezes despercebidas, pois no começo os comportamentos apresentados pela criança se confundem com comportamentos causados pela separação dos pais. O que agrava ainda mais o desenvolvimento emocional dela, pois quando os casos chegam ao

âmbito judiciário para serem resolvidos, a criança já apresenta um estado muito avançado da Síndrome da Alienação Parental (SAP), com uma personalidade cheia de traços do alienador. Ao assumir o discurso do outro, a criança passa a reproduzir os atos do alienador e nesse momento ela trás tudo como verdades, através do discurso do alienador que ela assimila.

Os comportamentos que a criança passa a apresentar costumam ser identificados como inadequados e/ou problema, contudo, não passam de reflexos dos conflitos mentais e inconscientes que esta ainda não é capaz de nomear. Porém fazem parte da sua rotina familiar, já que em muitas ocasiões o alienador é o detentor da guarda da criança em questão.

Trindade (2007) salienta que:

esses conflitos podem aparecer na criança sob forma de ansiedade, medo e insegurança, isolamento, tristeza e depressão, comportamento hostil, falta de organização, dificuldade escolares, baixa tolerância à frustração, irritabilidade, enurese, transtorno de identidade ou de imagem, sentimento de desespero, culpa, dupla personalidade, inclinação ao álcool e às drogas, e, em casos mais extremos, idéias ou comportamentos suicidas (TRINDADE, 2007, p.104).

Percebe-se que várias são as consequências causadas pela Síndrome da Alienação Parental (SAP) ao desenvolvimento da criança, principalmente no que se refere a subjetividade da mesma. Ainda nas palavras de Bueno (2008), “a Síndrome da Alienação Parental trata de consequências psicológicas sofridas pela criança, como resultado da Alienação Parental, constituindo uma forma de abuso contra a criança e o adolescente” (p. 25).

As consequências da Alienação Parental são muitas vezes extremas e, na maioria dos casos, os cuidadores não se atentam para isso e deixam o cuidado ser substituído pelo sentimento de vingança e se esquecem do bem estar do filho. Com isso, nota-se que esse fenômeno possui uma capacidade extenuante de produzir diversas consequências danosas não somente a criança, mas a todos que estão relacionados nesse processo. Entretanto, seus efeitos mais catastróficos recaem sobreela, o que sem um tratamento adequado, podem vir a desenvolver uma psicopatologia e/ou síndrome particular a cada caso, com a exigência de tratamento adequado e contínuo, pois essa forma de abuso pode deixar sequelas para toda a vida.

A Alienação Parental traz a implantação de falsas memórias na criança, a

confiança no cuidador–alvo é destruída, o que pode desencadear idéias e sentimentos conflitantes. As crianças, com a personalidade em formação, se vêem no meio de uma batalha e absorvem informações conflitantes, que desencadeiam emoções complexas, além de defasadas, por se sentirem na obrigação de fazer uma escolha. Até mesmo por uma questão de sobrevivência, ela escolhe o cuidador que possui a guarda, pois é com ele que ela passará a conviver a maior parte do tempo, o ressentimento e o ódio que existe no alienador, ocorrido pela perda das ilusões depositadas nessa relação desencadeia um desejo de aniquilar o outro DIAS (2007).

Segundo Figueiredo e Alexandridis (2011) desse modo:

cria no menor a falsa impressão de que tudo o que aquele genitor promove está errado, ou seria mais bem feito por aquele que promove a campanha que denigre a imagem do outro perante o filho, fazendo com que essas incertezas acarretem insegurança no menor e, por via reflexa, o afastamento cada vez maior daquele genitor que está sendo alienado (p. 53).

Diante do exposto, é possível notar que os prejuízos causados na criança têm o poder de abalar sua estrutura psíquica, alterar sua percepção do mundo ao seu redor, bem como de sentimentos, o que pode causar o embotamento das emoções. Entretanto, o grau da síndrome vai depender do contexto ao qual a criança está inserida, assim como a intensidade das informações a ela destinadas.

É por isso que a problemática aqui apresentada pode ser estendida a longas discussões, pois cada caso é único e a subjetividade de cada criança é que delimitará o diagnóstico. A forma como ela compreende o que se passa a sua volta é que trará subsídios para determinar as consequências de forma concreta e particular e delineará o prognóstico do caso.

3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA PESQUISA

3.1 Classificação da pesquisa

Para o desenvolvimento do presente estudo foi realizada uma pesquisa qualitativa bibliográfica e exploratória, fundamentada em uma ampla revisão da literatura científica sobre os impactos da Alienação Parental na subjetividade infantil.

3.2 Procedimento de coleta das fontes literárias

Através de artigos que foram pesquisados em bases de dados nacionais como a Biblioteca Virtual da Saúde, SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), LILACS (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e material impresso na biblioteca da própria Faculdade Doctum de Teófilo Otoni e revistas, para o desenvolvimento deste trabalho. A escolha destas bibliotecas deve-se ao fato de abrangerem uma coleção variada de periódicos científicos com confiabilidade acadêmica.

A busca pelas obras nas bases de dados deu-se com a utilização dos seguintes descritores (palavras-chave); Psicanálise, Alienação Parental, Criança, Família, isoladamente ou combinados.

Para selecionar o material pertinente, seguiram-se os seguintes passos: leitura exploratória dos textos encontrados, leitura aprofundada das obras de interesse e finalmente a leitura analítica dos trabalhos mais relevantes.

Quanto aos procedimentos o trabalho ficou composto de três etapas, sendo uma de revisão de literatura que traz os principais conceitos abordados. A segunda etapa trata-se de como foram organizados os materiais coletados e realizado o estudo, sua metodologia. Na terceira etapa apresentação dos resultados e discussões da pesquisa e ao fim, apresentam-se as considerações da pesquisa com base no levantamento teórico.

3.3 Formas de análise e interpretação das informações

O material pesquisado, bem como as respectivas análises, foi organizado em relatório de pesquisa componente do estudo monográfico que se pretende construir. Considera-se que os resultados obtidos no presente trabalho revelam a real necessidade de uma investigação minuciosa e abrangente na questão dos impactos sociais da Alienação Parental na família.

Por fim, evidencia-se que a Alienação Parental, apesar de desconhecida por muitos, faz parte do cotidiano de muitas famílias e por isso é necessário que haja uma divulgação maior sobre o tema. Estudar este fenômeno é extremamente relevante, uma vez que ele implica em consequências subjetivas, principalmente no contexto familiar.

4 DISCUSSÃO

O problema abordado discute sobre a Alienação Parental a partir da psicanálise e suas consequências na subjetividade e intersubjetividade da criança. E teve como objetivo abordar e caracterizar esse ato, além de compreender como pode ser prejudicial à criança, como citado no trabalho, a partir da Síndrome da Alienação Parental (SAP).

A psicanálise possibilitou compreender a constituição psíquica do sujeito, através do narcisismo e o Complexo de Édipo. Estes conceitos permitem evidenciar a forma como se dá a Alienação Parental, situação na qual aquele que exerce a função materna ou paterna e que possui a guarda da criança busca afastá-la, física e/ou emocionalmente, de seu outro cuidador.

Foi ressaltada a implicação da Alienação Parental para a constituição subjetiva da criança – formação do eu, desejo e identificações – a partir da sua relação com o casal parental. A criança frente à Alienação Parental, responde algumas vezes de forma sintomática pela via da ansiedade, agressividade, isolamento e/ou depressão.

Ao longo dos anos a família passou por diversas mudanças, sendo elas na forma como era constituída e no seu conceito. E mesmo com tantas mudanças a sua importância para a sociedade e para o desenvolvimento saudável de uma criança continua o mesmo. Quando acontece a quebra do vínculo amoroso, de forma não amigável, os fatos ocorridos podem trazer consequências para todos os envolvidos, principalmente a criança.

Diante disso muitos se valem da Alienação Parental buscando manchar a imagem do outro diante da criança para que esta não venha a se relacionar com o mesmo e para dificultar o exercício do direito à convivência familiar e a efetivação do poder familiar por parte do ofendido. A criança ainda não tem um entendimento maior da situação e acaba por apropriar o discurso do outro e tornar esse discurso sua realidade.

E é nesse contexto que a psicanálise esclarece muitas dúvidas, como ocorre com o conceito de amor e ódio, que são direcionados consequentemente para os mais próximos da criança, os pais, e se ela passa a ser alienada e constrói sentimentos depreciativos contra um dos cuidadores, provavelmente esses sentimentos vão se cruzar, pois, ao mesmo tempo em que essa criança sente afeto

por esse cuidador, ela também passa a ser alienada para que o odeie e nesse momento há uma confusão de sentimentos, uma ambivalência amor/ódio.

Quando ocorre o Complexo de Édipo, a criança começa a lidar com diversas proibições que até então não eram conhecidas. Ou seja, agora não se pode mais seguir o que ela quer, a família passa a instituir regras, dar limites e delimita padrões a serem seguidos. E é nessa fase da vida que ela começa a definir sua conduta e comportamento enquanto futuro adulto. Ou seja, o Complexo de Édipo trás suas diversas implicações na vida do indivíduo, considerando que é o momento que o sujeito se diferencia dos pais, e a depender de como ocorre o Complexo de Édipo e sua dissolução, o indivíduo poderá manifestar diversos conflitos na vida adulta, o que corrobora a ideia de que esse processo vai influenciar na estruturação psíquica do sujeito. E se essa Alienação ocorre nesse processo de dissolução do Complexo de Édipo, a criança provavelmente apresentará consequências dessa fase mal resolvida.

A Síndrome da Alienação Parental (SAP) possui três estágios: Sendo o leve, onde as características da Alienação Parental aparecem de forma bem sutil e a criança ainda não sente desafeto pelo cuidador-alvo. No estágio médio essa Alienação aparece de forma mais clara e a criança passa a demonstrar o desejo de se afastar do cuidador-alvo. E por último o estágio grave, onde a criança apresenta de forma explícita a rejeição pelo cuidador-alvo.

A criança vítima da Alienação Parental, pode apresentar diversas complicações, como, baixa autoestima, ansiedade, depressão, transtorno antissocial, entre outros, além dos sintomas físicos. Há uma ausência aumentada pelo vazio deixado pelo não relacionamento natural da criança com o cuidador alienado. Sendo assim, é de suma importância um tratamento adequado da Síndrome da Alienação Parental (SAP), pois a mesma pode repercutir na vida do indivíduo alienado de tal maneira que cria sequelas que podem repercutir na fase adulta.

Portanto, para proteger a dignidade ferida da criança alienada, que é lesionada em seu direito à convivência familiar saudável, ao respeito e à liberdade, faz-se necessária a atuação do poder judiciário junto ao psicólogo e equipe multidisciplinar na busca pela melhoria e pela luta contra esse ato, com o objetivo de evitar problemas futuros. Existem algumas medidas que podem ser usadas para minimizar a Alienação Parental, por exemplo, a guarda compartilhada, em que a

criança tem a possibilidade de conviver com ambos os pais, o acompanhamento psicológico tanto da criança como dos pais, e acesso a uma equipe multiprofissional que visa respaldar os direitos da criança diante dessa situação.

A psicanálise esclareceu, portanto, como a Alienação Parental revela vários conflitos inconscientes e toda sua multiplicidade. Percebe-se que a expressão do que não se estabeleceu com sentido, reaparece na forma de sintoma até que finalmente se possa compreender a sua simbologia e esses conflitos possam ser elaborados pelo ex-casal e a criança.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo foi possível entender a Alienação Parental e os aspectos psíquicos que estão envolvidos neste processo. Para isso, buscou-se compreender a subjetividade da criança, considerando que essas questões são passíveis de conhecimento, e que há uma divisão do sujeito, em vida externa a qual esta sempre procurando dominar, para que não seja dominado, buscando sempre a sua satisfação para que assim aconteça o alívio da energia psíquica.

Cada membro e seu posicionamento dentro do grupo familiar são de importância para que a família se estruture, como também para a subjetividade da criança e de suas relações neste núcleo familiar, protótipo de todas as suas formas de relações ulteriores. Isto é confirmado a partir do Complexo de Édipo (1924), em que a criança passa de uma posição passiva para assumir uma posição ativa e ver os pais como objetos de identificação.

Com o objetivo de entender melhor os vínculos afetivos, foram abordados os níveis que fazem parte da constituição da identidade sexual do sujeito e o narcisismo que leva à escolha objetal. Diante de todos esses aprofundamentos teóricos, compreendeu-se que nas uniões amorosas, o indivíduo busca sempre no outro muito mais que uma satisfação maior do que o seu desejo, mas sim o encontro com o eu ideal que foi perdido desde o início.

Desta forma, pode se dizer que a maternidade e a paternidade são funções que serão desempenhadas de acordo com o posicionamento subjetivo de cada um do par, pois cada indivíduo traz a sua subjetividade para a relação amorosa. Portanto quando acontece a perda do objeto, acaba produzindo um luto, que não elaborado de forma correta, pode gerar casos de Alienação. Pois o que acontece na Alienação Parental nada mais é que a mudança do amor em ódio, em que as energias psíquicas permanecem no mesmo objeto, mesmo que seja de forma inconsciente. Portanto, diante desse luto não elaborado, o cuidador procura criar obstáculos para desfazer os laços existentes entre a criança e o outro, procurando denegrir a imagem desse cuidador, a criança é levada a acreditar no que a ela é contado, pois é um momento construtivo em que ela esta submetida ao desejo do outro.

Isso é claro no Édipo, onde para a mãe o filho é o falo, um objeto de desejo diante da castração e, para o filho a mãe é aquela que lhe satisfaz, seu objeto de

amor, vista pela criança como caprichosa e onipotente e onde suas fantasias são atrela ao desejo pela mãe, tendo tudo o que a mãe passa como verdadeiro, como sua realidade psíquica. A psicanálise aborda o dilema Alienação Parental, destacando a oposição dessa Alienação a manutenção do vínculo, não revelando os porquês deste ato, e sim como acontecem essas relações amorosas através da dinâmica do inconsciente.

O apoio psicológico é importante neste processo e o reconhecimento desse fenômeno o quanto antes podem possibilitar a recuperação da criança à diante.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2-ed. Rio de Janeiro:LTC, 1981, p.131-196.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO DE 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <www2.senado.leg.br>. Acesso em: 17 de set. 2017.

BUONO, S. *Alienação Parental da Síndrome ao Fenômeno Jurídico*. 2008. 49 f. Monografia (Bacharel em Direito) – Instituto de Ciências Jurídicas , Universidade Veiga de Almeida. 2008. Disponível em <<https://www.uva.br/sites/all/themes/uva/files/pdf/alienacao-parental-da-sindrome-ao-fenomeno-juridico.pdf>>. Acesso em: 8 de out de 2017.

BROCKHAUSEN, T. *SAP e psicanálise no campo jurídico: de um amor exaltado ao dom do amor*. 2011. 274 f. Dissertação (Mestrado Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. 2011. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde16042012.../brockhausen_me.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

COSTA, S. M. Violência sexual e falsas memórias na alienação parental. *Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões*. Porto Alegre, v. 13, n. 26, p. 73-81, fev. /mar. 2010. Disponível em: <<http://asmego.org.br/wpcontent/uploads/2012/04/violencia-sexual.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2017.

CUNHA, M. A. O conceito de família e sua evolução histórica. *Portal Jurídico Investidura*. Florianópolis, 2010. Disponível em: <www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/historia-do-direito/170332>. Acesso em: 30 ago. 2017.

DIAS, M. B. *Manual de direito das famílias*. 8-ed. São Paulo: Livraria do Advogado, 2011. 688 p.

_____. *Síndrome da Alienação Parental. O que é isso?* In: PAULINO, Analdino Rodrigues (Org.). *A síndrome da alienação parental e a tirania do guardião*. São Paulo: Equilíbrio, 2007.

FARIAS, C. C. *Escritos de direito de família*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.
FIGUEIREDO, F. V.; ALEXANDRIDIS, G. *Alienação parental*. São Paulo: Saraiva, 2011.

FINKEL, L. A. O lugar da mãe na psicoterapia da criança – uma experiência de atendimento psicológico na saúde pública. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão Online*. Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 190-203, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pc_p/v29n1/v29n1a16.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

FONSECA, P. M. P. C. Síndrome de alienação parental. *Pediatria*, São Paulo, v. 28, n.3, 2006.

FREUD, S. O ego e o id e outros trabalhos (1923-1925). *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago. 1996, 355p.

_____. Totem e tabu e outros trabalhos (1913-1914). *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, v. 13. Rio de Janeiro: Imago. 1996. 277p.

_____. *Um Caso de Histeria, Três Ensaios Sobre Sexualidade e Outros Trabalhos (1901-1905)*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. VII. Rio de Janeiro: Imago. 1996, 329p.

_____. A interpretação dos Sonhos (I) (1900) Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. IV. Rio de Janeiro: Imago. 229p.

_____. *Sobre o narcisismo: uma introdução*. (1914) In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. *Rio de Janeiro, Imago, 1974. v.14, p.85-119*.

_____. Projeto para uma psicologia científica. In: S. Freud, *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 1. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1950 [1895]).

_____. (1932). Feminilidade. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad.) (vol. 22). Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1976.

MAURANO, D; SAROLDI, N. *Histeria: o princípio de tudo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2010, 139p.

MEDNICOFF, E. *Dossiê Freud*. São Paulo: Universo dos Livros Editora, 2008, 160p.

MIGUELEZ, N. B. S. *Complexo de Édipo: novas psicopatologias, novas mulheres, novos homens*. 2-ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012, 234p.

MOREIRA, J. O. Édipo em Freud: o movimento de uma teoria. *Psicologia em Estudo*, v. 9, n. 2, Maringá, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v9n2/v9n2a08.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

_____. *O novo processo civil brasileiro*. 21-ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

OSÓRIO, L. C. *Família hoje*. Porto Alegre: Artmed, 1996.

PRADO, D. *O que é família*. Coleção primeiros passos. São Paulo, Editora Brasiliense. 11^o edição, 1998.

ROCHA, M. P. *Elementos da teoria winnicottiana na constituição da maternidade*. 2006. 128 f. Dissertação (Mestrado Psicologia Clínica) – Núcleo de Estudo e Pesquisas de Práticas Psicoterápicas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2006.

ROSA, C. D. O papel do pai no processo de amadurecimento em Winnicott. *Periódicos Eletrônicos em Psicologia, Natureza Humana*, v. 11, n. 2, São Paulo, fev. 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nh/v11n2/v11n2a03.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

SOUZA, I. M. C. C. de S. (Coord.). *Parentalidade análise psicojurídica*. Curitiba: Editora Juruá. 2009, 254p.

TRINDADE, J. *Incesto e alienação parental: realidades que a justiça insiste em não ver*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, n. 250, 2007, p.101-111.

TORRE, M. B. *O homem e a sociedade*. São Paulo: Nacional, 1984.

ULLMANN, A. Síndrome da alienação parental. *Revista Visão Jurídica*. 30-ed. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.alienacaoparental.com.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

XAXÁ, I. N. *A síndrome de alienação parental e o poder judiciário*. 2008. 77 f. Monografia (Bacharel em Direito). Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Paulista. 2008. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/17321660/A-SINDROME-DE-ALIENACAO-PARENTAL-E-O-PODER-JUDICIARIO>>. Acesso em: 14 set. 2017.

WELTER, B. P. *Igualdade entre as filiações biológica e socioafetiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.